



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos



PROEXT
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

Estudo

Texto recebido em: 18 mar. 2024. Aprovado em: 13 set. 2024.

MARTINS, André Luiz de Miranda. A alimentação do trabalhador como problema de Estado: a atuação de Josué de Castro nas instituições de intervenção no “problema alimentar” do trabalhador brasileiro nos anos 1940. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proext, Recife, v. 41, n. 1, p. 1-35, jan./dez. 2024.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2024.262104>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
[Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A alimentação do trabalhador como problema de Estado: a atuação de Josué de Castro nas instituições de intervenção no “problema alimentar” do trabalhador brasileiro nos anos 1940

Workers' nourishment as a state problem: Josué de Castro's role in the institutions that intervened in the “food problem” of Brazilian workers in the 1940s

André Luiz de Miranda Martins

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Economia Aplicada

E-mail: andre.martins@ufpe.br



<https://orcid.org/0009-0008-8985-1472>



<http://lattes.cnpq.br/1337441051190940>

Resumo

O presente estudo se valeu de uma pesquisa bibliográfica e tem por objetivo tematizar a atuação do médico, geógrafo e parlamentar Josué de Castro nas instituições de intervenção no “problema alimentar” do trabalhador brasileiro, tal como se colocava nos anos 1940, particularmente em duas delas: o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN). Este artigo situa tanto a atuação de Castro nestes órgãos quanto a própria criação das referidas instituições no contexto das transformações políticas que advieram com o Estado Novo (1937-1945), refletindo também sobre a circulação dos intelectuais neste particular momento político, bem como

suas contribuições para o regime autoritário e para as políticas de alimentação que então se desenhavam e implementavam no país.

Palavras-chave: Josué de Castro. SAPS. política alimentar.

Abstract

This study uses bibliographical research as a resource and aims to discuss the work of the physician, geographer and parliamentarian Josué de Castro in the institutions designed for solving the “food problem” of Brazilian workers, as it was put in the 1940s, particularly in two of them: the Social Security Food Service (Serviço de Alimentação da Previdência Social) (SAPS) and the National Food Technical Service (Serviço Técnico de Alimentação Nacional) (STAN). This article places both Castro's work in these organizations and the own creation of these institutions in the context of the political transformations that came with the Estado Novo government (1937-1945), also reflecting on the circulation of intellectuals in this particular political moment, as well as their contributions to the authoritarian regime and to the food policies that were then being designed and implemented in the country.

Keywords: Josué de Castro. SAPS. food policies.

Introdução

Presentemente, o esforço de recuperação das obras e do pensamento do médico e geógrafo pernambucano Josué de Castro se faz ante à triste e antirrepublicana circunstância de um recrudescimento espantoso do quadro da fome no Brasil — pela rapidez com que se deu e devido a políticas econômicas mal conduzidas, que parcialmente contribuíram para esse agravamento acelerado. Dados recentes de uma pesquisa conduzida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) indicam que, entre 2020 e 2022, o número de brasileiros convivendo com a fome diariamente, ou seja, em insegurança alimentar grave, passou de 19,1 milhões para 33,1 milhões. Se essa conta inclui os graus moderado e leve da insegurança alimentar, chega-se aos 125,2 milhões de pessoas (Rede PENSSAN, 2022).

Assim, observa-se a primazia de Castro na condução daquela que é considerada a pesquisa pioneira sobre padrões de alimentação feita na classe trabalhadora brasileira e seguindo um critério social-nutricional conjugado ao esforço de compreensão das determinantes sociais dos distúrbios alimentares: trata-se, aqui, da publicação de *As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação* (Castro, 1935a; 1935b; 2015).

Esse inquérito, ao qual se somaram outros estudos de Josué de Castro, tais como *Alimentação e Raça*, de 1936, e *Alimentação à Luz da Geografia Humana*, publicado em 1937, foi a base para a politização do discurso sobre a fome adotado por esse autor: uma problematização da fome, em que se imbricavam ciência e política através da

interpretação da privação alimentar como uma questão biológica de causas estruturais (Bizzo, 2009). Nesse sentido, ainda é citada aqui a obra *Geografia da Fome*, de 1946, trabalho que alçou Josué de Castro a uma posição de intelectual de prestígio internacional nos anos 1950.

A pesquisa realizada por Castro junto ao operariado do Recife se alongou em outra, conduzida por ele e por uma equipe no Distrito Federal e arredores, que foi publicada em 1939 na terceira edição de *O Problema da Alimentação no Brasil: seu estudo fisiológico*. Essa pesquisa teve influência imediata no *Inquérito de Alimentação no Salgueiro*, orquestrado por volta do fim dos anos 1930 por Orlando Parahym e publicado na obra *O problema alimentar no Sertão*, como reconhece o próprio autor (Parahym, 1940).

Ainda nesse contexto, nota-se que diversos inquéritos conduzidos entre as décadas de 1930 e 1940 trazem em seu título o termo “problema” quando se referem à alimentação ou à fome. Nem todos (ou poucos deles), no entanto, se incumbem de politizá-lo, sendo este ponto uma diferença fundamental em favor da abordagem de Josué de Castro, que se equiparava aos médicos nutrólogos que adotavam uma perspectiva social,

preocupados em especial com aspectos relacionados à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos pela população brasileira e influenciados (...) pelas concepções do pioneiro da Nutrição na América Latina, o médico argentino Pedro Escudero [criador do Instituto Municipal de Nutrição de Buenos Aires] (Vasconcelos, 2001, p. 319).

Assim, mais do que boa parte de seus colegas fisiologistas da nutrição, no período entre as décadas de 1930 e 1940, por conta de sua prática médica e por seu trabalho intelectual, Castro conceitualizou a alimentação como uma questão social, introduzindo “conceitos e noções que superavam a nutrição como problema biológico e individual e uma dinâmica política, econômica e social permeável a esta abordagem” (Magalhães, 1997, p. 40).

Nesse sentido, essa proposta se distanciava das abordagens biológico-individuais da fome, que atribuíam à família trabalhadora um comportamento relapso, deseducado, quanto à sua alimentação, tendo sido essas abordagens que subsidiaram os preceitos do “ensinar o brasileiro a se alimentar”¹, traduzidos e difundidos para o público mais amplo em manuais, conhecidos por serem a típica forma de intervenção no problema alimentar do trabalhador brasileiro: apenas apresentações informativas e condescendentes com o baixo padrão salarial generalizadamente praticado. Como exemplos do gênero, há os que foram escritos por Francisco Pompêo do Amaral, médico-chefe da Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo durante o fim dos anos 1930.

¹ Foram promulgados três decretos estaduais em 1939, o primeiro instituindo o Centro de Estudos sobre Alimentação (Decreto nº 9.903), o segundo instituindo um curso de nutrição para donas de casa e auxiliares de alimentação (Decreto nº 10.033) e o terceiro instituindo a formação complementar e obrigatória de nutricionista para todas as educadoras (Decreto nº 10.617).

Dessa maneira, a abordagem nutricional-social de Castro subsidiou, por sua vez, as primeiras políticas regulatórias, por meio da pesquisa *A Questão do Salário Mínimo*, de 1935. Foram criadas Comissões de Salário Mínimo regionais (Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936) e se regulamentou uma lei do salário mínimo, além de uma legislação que especificava uma “ração essencial mínima” (Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938). O Art. 9º da Lei nº 185 dispunha que o salário mínimo seria fixado “para cada região ou zona, de modo geral, ou segundo a identidade das condições e necessidades normais da vida nas respectivas regiões, após minucioso inquérito censitário sobre as condições econômicas locais” (Biavaschi, 2007, p. 140). A institucionalização do salário mínimo se deu em 1º de maio de 1940, por meio do Decreto-Lei nº 2.162 (Biavaschi, 2007).

Assim, não tardou para o ingresso do Dr. Josué de Castro — que já estava estabelecido na Capital Federal, onde clinicava e lecionava — na burocracia varguista-estadonovista, na qual ele assumiu diversos institutos responsáveis por políticas de alimentação do trabalhador: o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (sucendo ao Serviço Central de Alimentação, de 1939), de 1940, que suscitou a criação da Sociedade Brasileira de Alimentação (SBA), de 1940; o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), de 1943; o Instituto Técnico de Alimentação (ITA), de 1943; a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), de 1945; e o Instituto Nacional de Nutrição (INN), de 1946. Complementados por outras instituições em seu conjunto, esses órgãos foram indicadores efetivos de uma nova realidade de intervenção estatal na área da

alimentação, que, nos anos 1930, fora teorizada por um Josué de Castro praticamente isolado em sua perspectiva politizadora da fome.

Desse modo, a rejeição de Castro ao aprisionamento pelas tecnicidades do saber médico e pelas prescrições moralizantes do higienismo o alçaram à condição de autor de referência no debate do salário mínimo. Sua adoção do método geográfico fê-lo perceber — percepção que foi então compartilhada e vertida em política de Estado — a necessidade de intervenções em âmbito nacional, sendo respeitada a diversidade regional informada pelas análises geográficas de cada local.

Assim, este presente estudo, subsidiado por uma pesquisa bibliográfica, tematiza a atuação de Josué de Castro nas instituições de intervenção em frente ao “problema alimentar” do trabalhador brasileiro nos anos 1940, particularmente no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e no Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN). Assim, este texto situa essa atuação do cientista e a criação das referidas instituições no contexto das transformações políticas que surgiram com o Estado Novo (1937-1945), refletindo ainda sobre a circulação dos intelectuais neste particular momento político e sobre a sua contribuição para o regime autoritário e para a política de alimentação que então se desenhava e implementava no país.

Assim, este artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente reconstitui-se brevemente a contribuição de Josué de Castro para a pesquisa médico-nutricional no Brasil dos anos 1930-1940; em seguida, discute-se a intervenção estatal durante o período do Estado Novo; posteriormente, em uma seção

específica, trata-se da criação das instituições voltadas ao problema alimentar brasileiro nos anos 1940, com ênfase no SAPS, no STAN e na atuação de Josué de Castro nesses órgãos. Na última seção do estudo, são abordados os dilemas dos intelectuais que contribuíram para o Estado Novo, focalizando as instituições imbuídas das políticas de alimentação. Por último, há as considerações finais.

A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO PARA A PESQUISA MÉDICO-NUTRICIONAL NO BRASIL DOS ANOS 1930-1940

Nos anos 1930-1940, foi importante para a sustentação intelectual de políticas públicas “o reconhecimento dado pelo regime de 30 ao papel dos intelectuais na redescoberta do Brasil e na construção científica da identidade brasileira” (Pécaut, 1990, p. 59). Entretanto, essa tecnocracia adotada pelo Estado realizou-se de forma flagrantemente desproporcional ao valor dado aos operários, menosprezados na relação burguês-industrial — fato evidente através das condições de trabalho e da remuneração recebidas pelo operariado (Castro, 1935a). Seria, então, esse zelo estatal-tecnocrático pela “alimentação racional” em prol da classe trabalhadora?

Ainda sobre a intelectualidade que circulava nos altos escalões do governo federal dos anos 1940, vale destacar que a parcela de profissionais oriunda de certas áreas técnicas — no caso de Josué de Castro, da Medicina e da nascente Nutrologia, para a qual ele tanto contribuiu — tinha o desejo de expandir essa formação técnica e de recursos humanos, bem como era aliada, em linhas gerais, do projeto getulista de desenvolvimento industrial do

Brasil, o que, em diversos momentos, colidiu com as estratégias políticas mais “populistas” desse mesmo governo. Assim, esses são os pontos que suscitam a questão do papel dos intelectuais brasileiros dos anos 1940 (incluindo também, como um todo, a geração dos anos 1920-1940 e, em certa medida, os intelectuais dos anos 1950) para a mobilização política pela proteção social, assim como na implementação e expansão de estruturas estatais a ela voltadas.

O paulatino ingresso de Josué de Castro na Geografia (campo pelo qual ele nutria simpatia havia anos) e a incorporação de métodos e explicações geográficos em suas análises foram facilitados pelos novos rumos que ele tomaria. O cientista regressou ao Rio de Janeiro ainda em 1935, sendo, no ano seguinte, indicado por Edgard Roquette-Pinto para a cadeira de Antropologia da Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal. Em carta de 7 de maio de 1936, Roquette-Pinto apresentou a Edmundo da Luz Pinto, diretor da Escola, o motivo de declinar a cadeira de Antropologia, que lhe fora primeiramente oferecida, e pediu permissão “para lembrar o nome do Prof. Dr. Josué de Castro, da Fac. Medicina do Recife, publicista conhecido, autor de valiosos trabalhos de natureza antropológica, moço de grande talento e erudição, de moralidade inatacável, brilhante expositor” (Amorim, 2022, p. 127). Posteriormente, entre 1936 e 1939, Josué de Castro concluiu um curso de Filosofia na Universidade do Brasil e assumiu a docência de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia (Andrade, 1997; Magalhães, 1997). Ele conciliou, ainda, a atividade docente com a prática

médica no consultório de Endocrinologia que abrisse na capital federal.

Ademais, nesse período, mostrava-se difícil a tarefa da compreensão do problema da fome, bem como de sua associação ao pauperismo e ao subdesenvolvimento. Desde o princípio e desde a perspectiva mais estrita de uma Nutrição como ciência em consolidação, a fome era, não raras vezes, aprisionada a concepções biologizantes, medicalizantes e deterministas, que tentavam suprimir os seus diversos e complexos determinantes e suas diversas e igualmente complexas manifestações. Afinal, pairavam entre a sociedade as seguintes perguntas: como explicar esse fenômeno social? Pela Biologia, pela Sociologia ou pela Fisiologia da Nutrição? Nisso, a resposta castreana a tais indagações se deu pelo método geográfico, que passou a ser central em suas obras.

Foi a “geografia moderna”, fortemente inspirada no pensamento do geógrafo francês La Blache, que introduziu à ciência a ideia de descrições regionais aprofundadas, tendo sido por ela que Castro encontrou esse método único, incumbido do estudo científico “dos fenômenos físicos, biológicos e sociais, encarados em sua distribuição na superfície do globo, suas causas e relações recíprocas” (Castro, 1937, p. 27). Assim, o teórico estava confortável e cientificamente informado com um estudo geográfico da alimentação, que lhe proporcionava a *rationale*² do problema da fome ao recuperar a articulação entre o natural e o social.

Ciente dessa perspectiva espacial e a ela seguindo, Castro, em seu livro *Alimentação à Luz da Geografia Humana*, chegou à sua primeira divisão regional do Brasil,

² A fundamentação lógica; a análise racional.

elaborada segundo os regimes dietéticos de cada região e suas particularidades histórico-econômicas. Principiou-se, então, o mapeamento das áreas alimentares e da fome brasileiras, aspecto que teve amplo destaque na obra *Geografia da Fome*.

Procurando fixar os vários tipos de alimentação brasileira, tendo em vista as substâncias alimentares e as proporções mútuas em que são elas consumidas, chegamos à conclusão de que a multiplicidade de regimes individuais se reduz esquematicamente a cinco tipos especiais, bem definidos. Cada tipo corresponde a uma determinada região territorial, e representa o resultado da experiência humana, adaptando suas necessidades aos meios regionais de subsistência que o “meio” apresenta com maior ou menor abundância (Castro, 1937, p. 149).

Entretanto, antes de discutir a contribuição de Castro à política alimentar nos anos 1940, por meio da recapitulação de sua atuação nas instituições criadas nessa década, é importante examinar, ainda que sucintamente, os padrões de intervenção estatal durante o Estado Novo.

PADRÕES DE INTERVENÇÃO ESTATAL DURANTE O ESTADO NOVO

Tomando emprestada do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1993) uma de suas percutientes sínteses, tem-se que, entre 1930 e o surto autoritário de

1937, o governo de Vargas, ao observar que a produção industrial crescia em mais de 10% anuais (a partir de 1933), na tentativa de arrefecer os ímpetus participativos dos trabalhadores urbanos, classe em acelerada formação devido à rápida industrialização do país, “ofereceu-lhes o início de uma política social, prefiguradora (*sic*) de um Estado de bem-estar, em troca de aquiescência diante da burocracia oficialista do Ministério do Trabalho então criado” (Santos, 1993, p. 23).

Com a baixa adesão a essa barganha (isto é, às políticas sociais protecionistas oferecidas em troca da domesticação da classe trabalhadora), seguiram as greves, a “belicosidade do legislativo” e “as demandas liberalizantes do empresariado” (Santos, 1993, p. 24.). Assim, a instituição desses projetos de Estado deu-se pelo golpe de 1937, em que a gestão desses conflitos era vista com simpatia (ou ao menos com um viés estratégico) pelos militares, que percebiam nesse varguismo uma oportunidade para o atendimento de suas aspirações, como bem disse Santos (1993, p. 25):

Maduro enquanto ator político, apostando no progresso industrial como condição para seu próprio engrandecimento, dotado de baixa taxa de desconto do futuro, ao contrário do empresariado da época, e face à ameaça oligárquica de retomada do poder – sendo a sustentação política civil do governo altamente precária – não custou ao Exército perceber que o apoio a uma ditadura liderada por Vargas compatibilizaria o projeto de crescimento organizacional solidário do avanço industrial do

país, com a eliminação do último foco alternativo de poder armado – as milícias estaduais (...). O golpe de 37 apaziguou sem dúvida os anseios de exclusividade dos militares, reduziu à impotência a ofensiva oligárquica e disciplinou operários e empresários.

Nas análises e interpretações do Estado Novo (1937-1945) presentes na volumosa historiografia disponível, como em Sola (1990), Oliveira; Velloso; e Gomes (1982) e Draibe (2004), são quase consensuais as linhas gerais do regime iniciado em 1937: centralização, anulação das autonomias estaduais, autoritarismo, antiliberalismo, impulso industrializante e intervencionismo. Este último aspecto, segundo o próprio Getúlio Vargas, se impunha em substituição ao aparelho estatal previamente existente, o qual “não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos” (Fonseca, 2014, p. 258).

Vargas argumentava, ao justificar o intervencionismo estadonovista, em favor do caráter de eficiência da medida e, acessoriamente, da impessoalidade de que o governo se revestiria, no que Fonseca (2014, p. 258) explica:

Eficiência, pois possibilitaria o planejamento e a adoção de critérios científicos na tomada de decisões, eliminando as falcas políticas, a demagogia dos parlamentos e das eleições, as promessas utópicas às massas urbanas e o

coronelismo no meio rural. Impessoalidade, pois tratava-se de constituir o Estado Nacional uno e integrado, acima de classes, partidos e líderes carismáticos, os quais mais exploravam a existência dos problemas do país em interesse próprio que procuravam solucioná-los.

O intervencionismo, preferido e declarado a partir do Estado Novo, revelou a adesão da política varguista (por meio do próprio presidente, evidentemente, suas burocracias e aqueles intelectuais incorporados ao regime, bem como seus apoiadores) pela “ideologia de Estado”. Esta se opõe “às diversas ideologias que se fundam nos mecanismos de ‘mercado’, seja ele definido em termos econômicos ou em termos políticos. De modo geral, ela rejeita todas as teses que recomendam uma auto-regulação (*sic*) do social” (Pécaut, 1990, p. 43). Nesse sentido, essa política também identifica o Estado como “o” agente da organização da sociedade, da construção nacional.

O intento intervencionista e a centralização político-administrativa do Estado Novo, uma de suas marcas mais evidentes, como a exemplo dos quase quarenta itens de competência exclusiva da União definidos pela Constituição de 1937, encontravam sua justificativa e sua legitimidade, mais amplamente, no objetivo do desenvolvimento econômico, cujo apoio se expressou na criação do Conselho Nacional de Economia (CNE) e nas regras para a sua composição: “seus membros eram indicados por associações patronais e sindicatos, e em parte por designação direta do presidente da República. Este também nomearia, entre seus ministros,

um para ocupar a presidência do Conselho” (Fonseca, 2014, p. 260). Dessa forma, impunha-se a economia. De acordo com Fonseca (2014, p. 261):

Ao longo do Estado Novo, Vargas inúmeras vezes repetiu que o objetivo da intervenção governamental era alcançar o desenvolvimento econômico. O que mais tarde seria vagamente chamado de “ideologia desenvolvimentista” (...) teve seu aparecimento durante o Estado Novo. É bem verdade que anteriormente, seja no início da década de 1930 ou ainda na República Velha, Vargas falava na necessidade do desenvolvimento econômico. Entretanto, somente a partir de 1937 este deixou de ser apenas uma ideia, ponto de um programa mais amplo, para tornar-se a pedra de toque de toda a ação governamental, justificando seus atos, as mudanças institucionais, o incentivo a determinados setores, a criação de determinados órgãos (...).

Esse objetivo “desenvolvimentista” causou uma ampla mudança administrativa. O intervencionismo se materializou na criação de muitos órgãos, departamentos, serviços, conselhos, comissões e planos, como o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criados em 1938; a Fábrica Nacional de Motores, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), a Sociedade Brasileira de Alimentação (SBA) e a Companhia Siderúrgica Nacional, fundados nos anos

1940; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Comissão do Vale do Rio Doce, de 1942; a Consolidação das Leis do Trabalho, a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) e o Instituto Técnico de Alimentação (ITA), que surgiram em 1943; a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), datando de 1945; entre outros (Fonseca, 2014; Andrade, 1997).

A ATUAÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO NO SAPS E NO STAN

O Dr. Castro assumiu, em 1940, a direção do setor de nutrição do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), tendo sido esta instituição o resultado sucessor de uma ampliação do Serviço Central de Alimentação (de 1939), que era vinculado ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, onde Josué de Castro já atuava como médico. Assim, cabia ao cientista a formação de um pessoal especializado em nutrição. Entretanto, Castro ocupou o cargo por apenas um ano: “segundo sua filha Anna Maria de Castro, o pai ‘não suportou as mazelas do serviço público, especialmente no que se refere às intrigas e disputas internas’” (Evangelista, 2014, p. 21). Posteriormente, Castro presidiu a Sociedade Brasileira de Alimentação (SBA) e dirigiu também o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), através do qual lançou a revista *Arquivos Brasileiros de Nutrologia* (Evangelista, 2014).

Nesse contexto, sabe-se que, entre as instituições criadas pelo Estado Novo e voltadas à questão alimentar, a mais significativa e impactante foi efetivamente o

Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (Andrade, 1997; Evangelista, 2014). Criado em 1940, importa destacar também, sob a égide da perspectiva *social* dos estudos sobre nutrição, que o órgão tinha em Josué de Castro um dos seus representantes mais proeminentes.

Dessa forma, prevalecia na política pública uma abordagem da nutrição (ou do “problema” da alimentação) que privilegiava a produção, a distribuição e o consumo dos alimentos pela sociedade, particularmente pela população trabalhadora. Essa abordagem sobrepujava a perspectiva biológica, que agregava pesquisadores preocupados somente “com aspectos clínico-fisiológicos dos nutrientes e influenciados por concepções das escolas de nutrição e dietética norte-americanas e de centros europeus” (Vasconcelos, 2001, p. 319).

Deve-se salientar ainda que o rigor científico da perspectiva biológica não a afastava da sua captura por orientações ideológicas conservadoras, responsáveis pela individualização dos determinantes da má alimentação. Dessa maneira, esses argumentos individualizantes recaíam sobre a classe trabalhadora, que era tachada de ignorante. Portanto, o SAPS teria, na educação alimentar do trabalhador, um de seus objetivos centrais, ainda que partindo de concepções distintas.

Em detalhes, o Serviço de Alimentação da Previdência Social foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940, tendo sido este o arcabouço legal para a criação dos famosos restaurantes populares, os “Restaurantes do SAPS”. Diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Serviço

tinha como missão “assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões subordinadas aos respectivos Ministérios” (Evangelista, 2014, p. 33). O SAPS não se limitava, contudo, ao fornecimento de refeições balanceadas a um conjunto de funcionários. Fora concebido em linha com o que estabeleciam os princípios da “alimentação racional” (vista a partir de uma perspectiva social), voltado para a formação de uma consciência coletiva “dos aspectos e problemas da alimentação”, como estabelecia o Decreto-Lei nº 2.478.

Este também normatizava “a seleção dos gêneros alimentícios e o barateamento dos respectivos preços, bem como o funcionamento dos órgãos necessários à integral execução dos seus trabalhos pertinentes ao funcionamento dessas determinações” (Evangelista, 2014, p. 33). Era o Estado ativamente envolvido na questão alimentar do Brasil.

No ano seguinte ao de sua criação, o SAPS passou por uma importante reestruturação através do Decreto-Lei nº 3.709, de 14 de outubro de 1941. Este decreto reeditou o teor do Decreto-Lei nº 2.478, complementando-o. Por exemplo, o seu Art. 3º diz:

Art. 3º - Para consecução de suas finalidades, o SAPS promoverá: I. a instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores; II. a instalação e ampliação dos refeitórios estabelecidos de acordo com o Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939; III. o fornecimento de refeições nos locais de trabalho que não comportem os refeitórios previstos na

lei a que se refere o item anterior; IV. a divulgação, nos meios trabalhistas das vantagens auferidas pelo trabalhador com uma alimentação racional; V. a divulgação, nos meios patronais, dos benefícios que decorrerão para os empregadores, de uma alimentação adequada aos seus trabalhadores; VI. a propaganda da necessidade de novas diretrizes na alimentação nacional e das suas profundas influências sobre a melhoria da raça (sic); VII. uma ação educativa sistemática especialmente junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados (Brasil, 1941, n. p).

O mesmo decreto orientava a criação de cursos de formação para dietista, nutricionista e visitadora de alimentação, a serem ministrados nas unidades do SAPS. Assim, começavam a se concretizar as aspirações dos pesquisadores em nutrição e “alimentação racional”, que visavam à disseminação da educação alimentar. Vale observar que marcos legais como o Decreto-Lei nº 3.709 também se enquadraram no conjunto de reformas trabalhistas concebidas durante o governo de Vargas e que culminaram na Consolidação das Leis do Trabalho³.

³ O Decreto-Lei nº 1.238, anterior à criação do SAPS, esteve incluso neste meio, pois determinava que, nos estabelecimentos com mais de quinhentos empregados, “deverá o empregador reservar-lhes local abrigado, higiênico e devidamente aparelhado onde possam fazer as refeições” (Brasil, 1939, n. p), fosse em local próprio ou conveniado.

A alimentação do trabalhador também passou a ser um componente importante da propaganda do governo, que, por diferentes estratégias, procurava se aproximar das camadas populares. Afinal, dificilmente algo poderia ser tão alvissareiro quanto o combate ao “custo de vida” — termo que intitidou uma elogiosa reportagem publicada em 18 de setembro de 1940 no *Correio da Manhã*, jornal da capital federal:

De que serve dar ao empregado um mínimo, calculado sobre a base do custo de vida, se este está sujeito a elevações quotidianas? ... É preciso aventar cuidadosamente a circunstância que aventamos. O governo do Sr. Getúlio Vargas tem sido o grande baluarte dos direitos dos trabalhadores, em todos os terrenos. A sua obra de assistência social e material ao operário é sem dúvida das mais notórias. Será, pois, de toda conveniência que seus auxiliares, na medida das respectivas responsabilidades, tudo façam para impedir que venham a elevação do custo de vida trazer a desorganização e o desanimo onde com grande esforço se alicerçam os direitos mais respeitáveis dos que laboram e consomem suas energias, para alimentar a machina da indústria e do commercio (Evangelista, 2014, p. 32).

A intervenção governamental por meio dos restaurantes populares do SAPS, bem como da normativa complementar que tratava da alimentação do trabalhador, justificava-se pelas conjunturas que afetavam

o salário real dos trabalhadores, beneficiados havia pouco pela legislação do salário mínimo. Contudo, outras categorias pareciam ganhar com esse processo: o governo em si, pois lucrava através da popularidade junto às camadas populares (com os direitos que atribuiu a ela sendo seu “baluarte”), e os proprietários das “machina(s) da indústria e do commercio”, visto que o zelo pela nutrição “dos que laboram e consomem suas energias” (Evangelista, 2014, p. 32), ao ser colocado como responsabilidade do poder público, isentava-os ao menos parcialmente dessa obrigação.

Uma comparação histórica revela que a política alimentar trabalhista materializada nos restaurantes do SAPS se converteu em uma política social de amplitude impressionante. Talvez nada mais do gênero tenha sido implementado após a extinção dessa instituição em 1967, não obstante as situações de deseducação e insuficiência alimentar não terem arrefecido — principalmente nas classes trabalhadoras e menos assistidas, mas também em outras posições de classe brasileiras.

Uma ideia dessa amplitude é dada pela descrição dos serviços oferecidos pelo Restaurante Popular da Praça da Bandeira na capital federal, “piloto” dos restaurantes populares a serem implementados no Rio de Janeiro e em outras capitais e cidades populosas.

Nesse Restaurante Central também funcionavam: Biblioteca Popular; Sala de Música; Setor de encaminhamento a empregos e assistência social; Desjejum Escolar; Seção de cinema aos sábados; Consultório de Alimentação Econômica; Curso de corte e

costura para filhas de trabalhadores; Curso de Profissionais de Copa, Sala e Cozinha; Curso de Nutrólogos; Curso de Nutricionistas; Curso de Visitadora de Alimentação (Evangelista, 2014, p. 17).

Ainda nesse contexto, considerando a II Guerra Mundial, destaca-se que ela atingiu diretamente os sistemas de abastecimento do Brasil e comprometeu a provisão de alguns alimentos, o que resultou em pressões altistas nos preços, acabando por suscitar a incorporação de mais uma atividade no SAPS: a de fornecedora de gêneros alimentícios, através da Seção de Subsistência (instituída pelo Decreto-Lei nº 4.859, de 21 de outubro de 1942, que a anexava ao organograma do SAPS). Às Seções de Subsistência cabia, através dos Postos ou Armazéns de Subsistência, o fornecimento de gêneros básicos por seu preço de custo, aos quais eram acrescidos um sobrepreço de 10%, que era correspondente às despesas de sua aquisição, transporte e distribuição. Essas Seções localizavam-se nas unidades dos próprios restaurantes populares ou em locais indicados pelos sindicatos.

Os Armazéns de Subsistência perduraram e se afirmaram como um dos eixos de uma política social centrada na alimentação do trabalhador. Entre 1946 e 1953, foram abertas 133 unidades dos Armazéns no Distrito Federal e nos estados da federação, permitindo a mais de quatro milhões de pessoas o acesso a gêneros alimentícios básicos (L'abbate, 1988). Difícil identificar algo mais inédito nos primeiros cinquenta anos de história republicana do Brasil: a continuidade de uma política

social mesmo com o fim do governo que a instituiu. Felizmente, esse foi o destino do SAPS até os anos 1960.

O esforço de guerra também suscitou a criação da Coordenação de Mobilização Econômica (CME), do Instituto Técnico de Alimentação (ITA) — associado à Coordenação — e do Serviço Técnico da Alimentação Nacional (STAN). A direção de ambos STAN e ITA foi delegada a Josué de Castro.

Foi no âmbito do STAN que Castro lançou o periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, mais acima mencionado. Criada em 1944, a revista manteve sua continuidade quando eventualmente passou a ser publicada pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB), criado em 1946. Assim, o INUB foi mais uma materialização — a mais importante e duradoura, na verdade — do projeto castreano de uma Nutrição como ciência “civilizatória” e zelosa da nacionalidade (Bizzo; Lima, 2010).

Nesse sentido, em meados dos anos 1940, a perspectiva fundamentalmente social floresceu no debate sobre a fome, tendo seu cerceamento ocorrido em meados dos anos 1960. Em 1967, o projeto dos restaurantes populares do SAPS foi “interrompido” por meio de um Decreto-Lei nº 224, de 28 de fevereiro de 1967, que destinava à Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) a coordenação das atividades de subsistência e do fornecimento de refeições, ainda distribuindo entre diferentes ministérios as atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa.

ATUAÇÃO E DILEMAS DOS INTELLECTUAIS E O ESTADO NOVO: O CASO DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

Josué de Castro tornou-se a maior autoridade brasileira nos aspectos sociais da nutrição (e da fome) ao promover políticas de alimentação que articulavam a formação de profissionais da nutrição com a provisão de alimentação balanceada para o trabalhador e sua família (no SAPS); ao reorganizar o abastecimento de gêneros alimentícios em escala nacional (também no SAPS, mas principalmente no STAN); e ao continuamente promover o saber científico em seu campo. Não surpreende que sua obra magna, *Geografia da Fome*, tenha sido publicada em 1946: ela vinha se desenvolvendo durante toda a rica experiência de Castro na burocracia estadonovista.

Por sua vez, numa análise mais isolada, as políticas de alimentação do trabalhador eram dotadas de institucionalidade e racionalidade inéditas. À luz de sua implementação — sob a égide da política trabalhista varguista, base de sua ideologia trabalhista —, o Governo Vargas desfrutava de popularidade crescente, conforme atestado pela mobilização popular conhecida como *queremismo*, ocorrida antes da saída de Vargas, deposto em 1945 (Evangelista, 2014). Porém, deve-se destacar também que, com essas políticas, o empresariado do país seguia liberado de maiores responsabilidades pelos seus empregados.

Dessa forma, sendo convergente com os interesses da burguesia industrial, a ação estatal intervencionista no mercado de trabalho, nas condições históricas de expansão do operariado, inscreve-se nas discussões marxistas sobre a reprodução da força de trabalho,

suscitando as reflexões de Suzanne De Brunhoff, que, em seu *État et Capital*, destaca que

a intervenção ocorre porque a reprodução da força de trabalho assalariada precisa de meios externos à empresa capitalista, uma vez que o salário pago pelo seu uso não permite cobrir todos os gastos de manutenção e reposição desta força de trabalho, que apenas é remunerada pelo capital enquanto é imediatamente utilizada no processo de produção. Mesmo quando esta encontra-se no mercado, lembra Brunhoff, a sua remuneração (salário direto) cobre apenas a subsistência cotidiana do trabalhador, deixando de lado a sua manutenção durante o desemprego, as doenças... o salário percebido durante o período de trabalho ou bem permite cobrir o ‘valor da reprodução’ da força de trabalho, ou bem não corresponde a mais que o ‘valor diário’ desta força de trabalho; e o salário direto, se não é completado por diversos tipos de pagamentos institucionais, não poderá ser suficiente (*apud* Silva, 1990, p. 27-28, grifo nosso).

Inobstante a genuína preocupação de boa parte dos nutrólogos, como Josué de Castro, Dante Costa, Hélión Póvoa, Alexandre Moscoso, Peregrino Júnior, Ulhôa Cintra, entre outros, tem-se que a mobilização dos saberes desses intelectuais da nova área da Nutrologia foi fundamental para o projeto encampado pela burguesia

industrial, notadamente paulista, de modernização da sociedade brasileira.

Além disso, essa burguesia se ausentou da reprodução da força de trabalho, que era transferida ao Estado - fosse através de pesquisas voltadas para as “condições de vida” do trabalhador, que eram sobejamente conhecidas e sabidas como péssimas; fosse pelas políticas governamentais de alimentação da classe trabalhadora e sua família. O Estado, por seu turno, percebia nessas mesmas políticas um pilar importante para a edificação de sua ideologia de proteção do trabalhador (algumas delas realmente vistosas e de “resultado imediato”, como os Restaurantes do SAPS e os Armazéns de Subsistência).

É sabido que o Estado varguista também se constituiu através das instituições que criou, bem como dos intelectuais que admitiu e que legitimavam os seus projetos. Ademais, esse governo ainda podia contar com a burguesia para a defesa de seu projeto autoritário (Decca, 1981; Munakata, 1981), conforme destrinchado anteriormente, pois a alimentação do trabalhador era cuidada como problema de Estado, o que também servia de solução empresarial, já que partia do princípio da domesticação⁴ dos trabalhadores, os quais eram “cuidados” pela política social.

⁴ A propósito, o termo “domesticação” é de Zélia Lopes da Silva (1990), cuja abordagem é seguida neste artigo. Autores de filiações distintas também usam termos análogos, como Angela Araújo, que se refere aos “expedientes para garantir a docilidade e colaboração das lideranças que desejavam manter-se à frente dos sindicatos” (Araújo, 2002, p. 57) já em 1935, em um pré-Estado Novo, quando a “ameaça comunista” começava a ser evocada como justificativa para a escalada autoritária que sobreviria.

Portanto, em pleno Estado Novo, no início dos anos 1940, quando foi concluída a montagem da dita estrutura corporativista (com a legislação sindical e a Justiça do Trabalho), o governo procurou obter o consentimento dos trabalhadores:

Desta feita, a busca do fortalecimento dos laços entre o Estado e a classe trabalhadora visava a sua constituição como principal base de apoio do Governo Vargas. A aquiescência política dos trabalhadores foi então obtida a partir de políticas de caráter inclusivo e uma “dimensão simbólica” que permitiu a construção de uma identidade entre os trabalhadores e o presidente, identidade esta que estava na base da política populista que então se inaugurava (Araújo, 2022, p. 57).

Para a construção dessa identidade, o próprio presidente atuava com eficácia, concebendo as políticas inclusivas — as políticas de proteção social — como se fossem doações paternas:

Normalmente eu tenho dado a vocês tudo o que vocês precisam, antes mesmo que vocês exijam. IAP [Instituto de Aposentadorias e Pensões], SAPS, IAPETEC [Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas], tudo em ordem, conforme a legislação trabalhista” (Paranhos, 2000, p. 109-110).

Neste ponto, ainda é importante destacar que os intelectuais — no que este texto se propõe, os intelectuais da nutrologia — não foram meros instrumentos, joguetes na tarefa estatal de neutralização dos conflitos de classe. Eles transitaram como intelectuais — disputando por seus campos do saber à Bourdieu⁵ — cuja origem de classe os situava a uma distância regulamentar da classe trabalhadora. Não raro expressavam os seus preconceitos de classe e seu conservadorismo burguês sem maiores decoros, até mesmo quando se exigia certo rigor científico. Esta constatação do intelectual-nutrólogo Alexandre Moscoso transborda desse despudor:

Não constitui nenhum exagero a afirmativa de que a alimentação do trabalhador é completamente errada... Este grave e antigo defeito tem influído sobre a raça e passado de geração em geração, sem o tempo modificá-lo, talvez até acrescentando-o de outros vícios modernos e hábitos extravagantes, pela atração dos centros urbanos, com a mecanização do trabalho, que exige menor energia e seduz o sexo feminino, afastando-o dos serviços domésticos, das obrigações familiares, inclusive dos cuidados da alimentação, provocando os malefícios consequentes ao abandono das zonas de produção e o decorrente atraso das populações rurais, impondo, em contraste, a

⁵ Ou seja, uma disputa depurativa em que os campos do saber se movimentam no sentido de sua autonomização, “isto é, a depuração em que o campo se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo” (Bourdieu, 1998, p. 69).

árdua luta econômica pela existência, no burburinho confuso, dinâmico e ambicioso da vida nas capitais (Moscoso, 1940, p. 81-82).

Nesse sentido, os pasmos, as revoltas e os desentendimentos institucionais de Josué de Castro, bem como seu enfado com as intrigas de repartição, por certo remetiam à sua origem de classe, bem próxima da trabalhadora — diferentemente dos intelectuais-nutrólogos de então (e dos intelectuais brasileiros em geral nos anos 1930-1940), que eram provenientes dos estratos médio-altos urbanos e das elites, de cuja visão de mundo não deixavam de partilhar. Nesses estratos seguramente não havia o “mangue primeiro professor” de Castro, e os seus próceres não se mostravam, como pertencentes que eram da geração de 1920, dispostos a fazer concessões ao poder das massas (Pécaut, 1990). Dessa maneira, o médico-geógrafo pernambucano, apesar de ter alcançado suas posições na burocracia varguista sob o signo da ciência (como sucedia costumeiramente aos intelectuais), desponta como o intelectual “*outsider* vigilante”, termo discutido por Edward Said (2005).

Considerações Finais

Como entender a circulação de Josué de Castro naquele governo que efetivamente montou o aparelho de Estado do Brasil e que deu início à política de proteção social no país, mas que fez tudo isso sob a égide do autoritarismo? Sem a pretensão de incluir o Dr. Castro em um dos heterogêneos núcleos intelectuais que participaram do Governo Vargas — conforme a delimitação proposta por

Pécaut (1990) —, aos quais, conforme a alentada historiografia, foi dada considerável autonomia, o caso do ilustre fisiologista da nutrição é de uma surpreendente singularidade.

A militância do cientista se deu, fundamentalmente, por suas causas científicas e sociais, cujo equacionamento há de se ter percebido possível pela via tecnocrática. Sua adesão parece ter sido às possibilidades de construção de uma política alimentar no Brasil, então abertas pelo regime varguista. Por outro lado, aos agentes políticos “despolitizados”, a alternativa autoritária não se mostrava ameaçadora, além de que estes certamente tinham importância estratégica para o regime, ao qual emprestavam credibilidade científica e forneciam serviços de alta qualidade técnica, também politicamente muito rentáveis, recebendo, em troca, um bem simbólico que lhes parecia por demais valioso: a participação em um governo nacionalista e integrador das classes, um Estado-Providência.

As simpatias do Dr. Castro pelo trabalhismo nortearam sua carreira na década de 50, quando emprestou os seus saberes ao segundo Governo Vargas; redigiu, por exemplo, a seção referente às condições sociais na famosa *Mensagem ao Congresso* de 1952; e atuou como parlamentar pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em dois mandatos consecutivos e pautados na defesa de causas agrário-fundiárias populares no Congresso Nacional (Amorim, 2022; Andrade, 1997; Magalhães, 1997). Na mesma década, entretanto, Getúlio Vargas “saiu da vida para entrar na História”. Josué de Castro foi então banido do Brasil em 1964, tendo falecido em 1973 sem que nunca lhe fosse permitido retornar ao país. Assim, o

cientista foi vítima de um articulado apagamento de seu legado, apagamento cujos efeitos ainda hoje se sentem.

Referências

AMORIM, H. R. *Josué de Castro: um pequeno pedaço do incomensurável*. Jundiaí: Paco, 2022.

ANDRADE, M. C. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/vjtgZCTNnGF7TZqLC7yVQWH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

ARAÚJO, A. M. C. Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In: ARAÚJO, A. M. C. (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 29-57.

BIAVASCHI, M. B. *O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr Editora, 2007.

BIZZO, M. L. G.; LIMA, N. T. O projeto civilizatório nacional do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p.191-209, jan./jun. 2010.

BIZZO, M. L. G. Ação política e pensamento social em Josué de Castro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 3, p. 401-420, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/9QZrjzFcvtGGMgfpFRDTpND/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939*. Dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.709, de 14 de outubro de 1941*. Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3709.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

CASTRO, J. *As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Departamento de Estatística e Publicidade, 1935a.

CASTRO, J. *As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação*. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 18, p. 167-176, 1935b.

CASTRO, J. *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

CASTRO, J. *As condições de vida da classe operária no Recife: estudo econômico de sua alimentação*. Rio de Janeiro: Editora Massangana, 2015.

DECCA, E. S. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

EVANGELISTA, A. M. C. *Arroz e feijão, discos e livros: História do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. 3. ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2014.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: período de 1940 a 1964. *Revista de Nutrição-PUCCAMP*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 87-138, 1988. Disponível em: <https://puccampinas.emnuvens.com.br/nutricao/article/view/9021/6421>. Acesso em: 19 set. 2024.

MAGALHÃES, R. *Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MOSCOSO, A. *Alimentação do trabalhador*. 3. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do MEC, 1940.

MUNAKATA, K. *A legislação trabalhista do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PARAHYM, O. *O problema alimentar no sertão*. Recife: Imprensa Industrial, 1940.

PARANHOS, A. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

REDE PENSSAN — REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede Penssan, 2022. Disponível

em:

<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

SAID, E. W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, W. G. *Razões da desordem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SILVA, Z. L. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOLA, L. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p. 256-282.

VASCONCELOS, F. A. G. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 315-339, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/dGqzSKvF86HRxLFCDVCSym/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.